

## Editorial

Hoje é largamente aceito que a Capes ocupa um lugar central no sentido de estabelecer ligações entre a pós-graduação e a educação básica. Esse “novo” papel da Capes se concretizou a partir da aprovação da Lei 11.502, de julho de 2007, que ampliou sua missão para abranger o “fomento da formação inicial e continuada de profissionais de magistério da educação básica e estimular a valorização do magistério, em todos os níveis e modalidades”. Como resultado, a Capes cria novas diretorias para tratar da formação de professores para a educação básica e o novo Conselho Técnico-Científico da Educação Básica (CTC/EB) para formular políticas e promover a discussão e o debate referentes à melhoria da educação básica pública no Brasil.

Uma inovação correlata, que ocorreu no âmbito da Capes no ano anterior à aprovação da Lei 11.502, trata da adoção pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC) de uma nova ficha de avaliação que, pela primeira vez, incluiu a inserção social como um dos cinco quesitos focalizados. Ao operacionalizar a nova dimensão, várias comissões de área começaram a considerar em suas avaliações as contribuições de seus programas para a melhoria da educação básica.

Apesar de tais avanços, a literatura brasileira que aborda a relação pós-graduação/educação básica é muito pequena e pouco sofisticada. Assim, o Conselho Editorial da Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG) resolveu lançar o Edital n° 021/2010/Capes para fazer uma chamada formal para artigos tratando da relação pós-graduação/educação básica. Os objetivos do edital foram: (1) abrir espaço para a apresentação de pesquisas que vêm sendo realizadas nos programas apoiados pela Capes, (2) discutir os desafios da política brasileira de apoio à formação e valorização docente e (3) aumentar a penetração da temática e do debate sobre a relação em pauta nos círculos especializados do Brasil. O edital foi publicado em julho de 2010 e, no período de 60 dias, resultou no encaminhamento de 97 trabalhos para possível publicação. Após uma avaliação cuidadosa por parte de consultores *ad hoc*, nove dos textos submetidos foram selecionados para publicação no volume n° 16 da RBPG. A partir daí, uma comissão

especial, composta de quatro acadêmicos renomados, foi convocada pela Capes para realizar uma nova avaliação dos 88 artigos restantes. Como consequência, mais 22 trabalhos foram selecionados para a inclusão em duas coletâneas: o presente volume, que aborda o tema “Políticas Públicas e Diversidade Cultural”, e uma segunda publicação, com foco no tema “Ensino de Ciências e Matemática e a Iniciação à Docência”.

O volume aqui em pauta engloba 11 artigos apresentados em suas seções, tratando, respectivamente, de “Políticas, Sociedade e Educação” e “Diversidade Cultural: Educação Indígena”. Os artigos oferecem conteúdos ricos e diversos e são sequenciados dentro de cada seção de forma lógica, de maneira a passar de focos mais genéricos para os de natureza mais específica. No seu conjunto, eles evidenciam as múltiplas formas em que a pós-graduação, tanto nas modalidades *stricto sensu* quanto *lato sensu*, pode interagir com a educação básica, promovendo, de maneira recíproca, melhorias nos dois níveis de ensino.

Na primeira seção – Políticas, Sociedade e Educação –, encontram-se sete artigos. ***Royalties do petróleo e educação: análise da eficiência da alocação***, de autoria de Gustavo Henrique Naves Givisiez e Elzira Lúcia de Oliveira, procura estabelecer uma relação entre os indicadores de educação e os recursos oriundos dos royalties do petróleo. Segundo esse estudo, “[...] as vantagens orçamentárias desses municípios não têm refletido em melhorias nos indicadores de educação”. Em ***Qualidade da escola: uma proposta de índice para as condições materiais de escolas a partir de dados contextuais do Saeb***<sup>1</sup>, Gabriela Schneider e Andréa Barbosa Gouveia, com base no Índice de Condições Materiais da Escola (ICME), indicam a existência de uma grande relação entre o desenvolvimento educacional e a estrutura física e material disponível na escola. Para essas pesquisadoras, apesar da existência de outras variáveis, como, por exemplo, o engajamento do corpo docente e o planejamento das aulas, quanto melhor a estrutura física, melhor o aprendizado. Tendo como referencial as bases de dados Saeb e Pnad<sup>2</sup>, o estudo ***O papel das origens sociais sobre a proficiência escolar e a probabilidade de progressão por série no Brasil: evidência de persistência***, de autoria de Rodrigues, Guimarães e Rios-Neto, “[...] evidencia que a grande chaga na desigualdade brasileira ainda reside

<sup>1</sup> Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A partir do registro oficial estabelecido pela Portaria nº 931/2005, a sigla representa: Sistema de Avaliação da Educação Básica.

<sup>2</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

no papel das origens sociais, fato que limita a amplitude das transições positivas que o País vem passando nos últimos anos, sobretudo, no campo educacional”. Para Pereira e Mori, no artigo ***Diretrizes curriculares e o desempenho de alunos paranaenses da 8ª série do ensino fundamental na Prova Brasil***, o conteúdo curricular por si só não promove o desenvolvimento educacional. Essa pesquisa atentou para a necessidade e a importância também da prática pedagógica ou da mediação docente. No artigo ***Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar***, de autoria de Ana Zuleima Lüscher e Rosemary Dore, a política educacional brasileira que ampara as escolas técnicas “[...] contribui para a exclusão de estudantes do sistema de ensino, em especial de estudantes trabalhadores”. Tatiana Bezerra Fagundes, em seu artigo ***“... e uma alternativa para a exclusão escolar, tem?”***, discorre sobre inclusão e exclusão no cotidiano social, chamando a atenção para a importância do engajamento dos professores no desenvolvimento e na inclusão do aluno, chamado de sujeito real em contraposição ao aluno idealizado pelos docentes, conhecido como sujeito ideal. O último artigo dessa seção, ***Educação do campo em Santa Catarina: um processo em construção***, de Munarim *et al.*, enfatiza que a educação do campo “[...] ultrapassa os limites burocráticos da relação custo/investimento”, permitindo, além do desenvolvimento intelectual, a construção de uma cidadania ética voltada para o bem.

Na segunda seção – Diversidade Cultural: Educação Indígena –, são disponibilizados quatro artigos relatando experiências no âmbito do programa Observatório da Educação Escolar Indígena da Capes. O artigo ***Reflexões sobre a formação linguística no ensino superior indígena***, de De Paula *et al.*, defende a necessidade da formação linguística para os professores indígenas no Brasil. Segundo esse estudo, o resgate das línguas nativas permite também o resgate cultural desses povos. ***Políticas linguísticas e pedagógicas em práticas de educação bilíngue intercultural***, de Silva e Borges, chama a atenção para a importância da descolonização da educação indígena com vistas ao rompimento da tradicional e perversa submissão desses povos. Regina Célia Moraes Vieira e Maria Auxiliadora de Souza Ruiz, em ***Ciclo monográfico: dos mitos à ciência da Escola Indígena Baniwa e Coripaco no Alto do Rio Negro***, apresentam o resultado de uma pesquisa que tem como base “uma trilogia de fatores que reúne os saberes míticos dos indígenas,

o acesso às tecnologias ocidentais e a questão do desenvolvimento sustentável dos povos do Rio Içana para melhorar suas condições de vida e possibilitar a atuação profissional dos seus jovens na região”. Francisco Edviges Albuquerque, em ***A educação escolar Apinayé na perspectiva bilíngue e intercultural***, enfatiza que “o número de alunos matriculados do 1º ao 4º ano é bem maior do que nos anos seguintes. Isso se justifica porque, nas séries iniciais, o ensino é ministrado em língua indígena. Após esse período, o ensino passa a ser em língua portuguesa e isso tem contribuído para a evasão escolar”.

Robert Evan Verhine  
Editor convidado

Maria Isabel Lessa da Cunha Canto  
Editora